

Ulysses prefere presidente forte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, defendeu ontem a manutenção do regime presidencialista, mas sugeriu que os constituintes coloquem um "tempero parlamentarista" no regime de governo brasileiro, com o fortalecimento do Poder Legislativo. O presidente Sarney, segundo ele, participa dessa ideia de fortalecimento dos poderes legislativos, sem se chegar, contudo, ao parlamentarismo.

Em conversa informal com jornalistas, em almoço que ofereceu para um balanço dos trabalhos da Constituinte, Ulysses Guimarães afirmou que quando falamos no parlamentarismo "eu penso logo no Furrural e fico apavorado, porque o que me deu dor de cabeça nestes dois últimos anos não foi o negócio de ministro, de presidente do Banco do Brasil, ainda hoje é o negócio do Furrural". Ele referiu-se às dificuldades no preenchimento de cargos do Furrural, apesar dos acordos, feitos no início do governo Sarney, entre o PMDB e o PFL. "Ainda ontem ficaram duas horas comigo falando do negócio do Furrural de não sei onde", acrescentou.

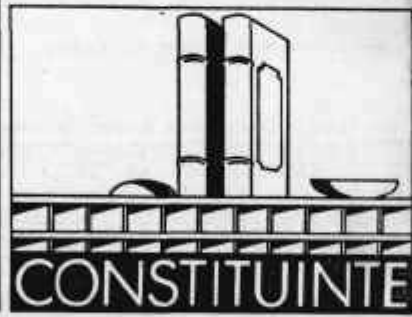
Para se adotar o parlamentarismo, segundo Ulysses Guimarães, "é preciso que a instância administrativa esteja imune à política. Ou se deruba o governo por causa do Furrural", explicou.

O presidente da Constituinte su-

geriu, então, três medidas para corrigir o sistema presidencialista adotado no País: poderes às comissões técnicas da Câmara para convocar ministros — hoje prerrogativas apenas do plenário —, que funcionariam no regime especial das CPIs, debatendo temas específicos e com muito mais rapidez. Aprimorar os pedidos de informações ao Executivo, fixando prazo para as respostas e definindo como crime de responsabilidade a omissão de resposta. A terceira sugestão é a criação da figura do ministro da Coordenação, que atuaria como elo entre o Legislativo e o Executivo, até mesmo participando da elaboração de projetos de lei. O ministro poderia ser derrubado por voto de desconfiança do Congresso.

ALIANÇA NA SUCESSÃO

Ulysses Guimarães manifestou, ainda, confiança na manutenção da Aliança Democrática e previu que PMDB e PFL poderão ficar juntos na sucessão do presidente Sarney. "As



chances são muito boas. Afinal, tudo nos aproxima para esse entendimento, já que os dois partidos estão votando juntos matérias importantes; fizemos um programa mínimo de governo, que estamos procurando cumprir e que ainda não se exauriu. De forma que acho isso muito possível" — enfatizou.

O presidente da Constituinte afirmou que a manutenção da Aliança Democrática insere-se na transição democrática que o País atravessa. Ele considera, ainda, "fundamental" apoiar o presidente Sarney neste momento de transição, "para que as exigências e demanda da sociedade sejam atendidas e sejam transformados em realidade os compromissos mudancistas que levaram milhares de pessoas às praças públicas na eleição de Tancredo Neves e José Sarney".

MANDATO DE SARNEY

Pela primeira vez, Ulysses Guimarães manifestou-se contra a fixação de um mandato provisório de 4 anos para o presidente Sarney. "Tudo indica que a Constituinte deverá restabelecer a tradição de cinco anos para o mandato presidencial. Por que excepcionalizar o mandato do presidente Sarney?" — indagou. Ele considera quatro anos "restritivos", dizendo que o Brasil, pelas suas complexidades e dimensões, deve ser governado por cinco anos. "É mais ajustável à nossa realidade" — acrescentou.



Constituintes estão voando

A Constituinte e suas subcomissões não funcionarão amanhã e na Sexta-feira Santa, segundo informou ontem o deputado Ulysses Guimarães, que alegou razões de ordem prática para a suspensão dos trabalhos: o presidente Sarney decretou ponto facultativo para os servidores públicos e a Câmara e o Senado não terão funcionários nestes dias. A

Constituinte volta a funcionar somente na próxima terça-feira.

A partir de hoje, portanto, os deputados e senadores vão antecipar a revoada dos fins de semana para seus Estados, iniciada ontem à noite. Ulysses Guimarães deixou para hoje o anúncio oficial do Recesso da Semana Santa e a dilatação do prazo de entrega de sugestões à Constituinte.

Com dor de cabeça, Covas descansa

Por recomendação médica, o senador paulista Mário Covas, líder do PMDB na Assembleia Constituinte, interrompeu suas atividades, ontem à tarde, logo após receber em seu gabinete a visita do governador do

Rio de Janeiro, Moreira Franco. Covas estava muito gripado e com dores de cabeça e, por isso mesmo, retirou-se do Congresso, guardando repouso até à noite, no hotel onde reside, em Brasília. Por volta

das 21 horas, o líder do PMDB dirigiu-se à residência oficial do ministro Renato Archer, para uma reunião informal de dirigentes do PMDB, com Ulysses Guimarães.

Subcomissão ouve Maciel dia 21

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O chefe do Gabinete Civil, ministro Marco Maciel, deverá ser a primeira personalidade a falar na sessão pública da Subcomissão do Poder Executivo, dia 21. Ele vai se pronunciar sobre a organização do Estado, dando início à série de audiências com juristas. O roteiro foi aprovado na reunião de ontem pelo presidente Albérico Filho (PMDB-MA). Os outros convidados são Miguel Reale Jr., Seabra Fagundes, Raimundo Faoro, Josaphat Marinho, Cesar Saldanha, o ministro

Paulo Brossard e o ex-governador Franco Montoro.

Na reunião de hoje, a subcomissão apreciará as primeiras sugestões encaminhadas. Entre elas está a do deputado César Cals Neto (PDS-CE), que propõe a imediata discussão sobre a definição do regime de governo e a fixação do mandato do presidente Sarney. Quase a totalidade dos membros da subcomissão, segundo Albérico Filho, acham que a questão da definição do regime de governo é prioritária.

O deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE) anunciou ontem que vai iniciar a coleta de assinaturas de apoio ao requerimento que encaminhará à Mesa da Constituinte, para que sejam submetidos ao plenário, o mais breve possível, os pedidos para a definição do sistema de governo a ser adotado no País. "Essa questão tem de ser decidida pelo plenário e não por uma subcomissão ou comissão", argumentou. "Aqui não há Constituinte de primeira ou segunda classe", frisou o parlamentar.

Outros deputados, como Eduardo Bonfim (PC do B-AL) e Amaury Muller (PDT-RS) reclamaram dos critérios de elaboração dos programas oficiais de televisão sobre a Constituinte. Em nome da Mesa, Ar-

naldo Faria de Sá (PTB-SP) afirmou que "os critérios são justos. Todos os constituintes terão oportunidade de aparecer. Agora, porém, a TV está mostrando didaticamente as comissões. Os debates em plenário virão depois".

Finanças

A Subcomissão do Sistema Financeiro deverá promover painéis com pessoas expressivas do meio acadêmico e representantes de setores envolvidos em atividades financeiras. É desta forma que vai sondar a sociedade durante o processo de elaboração de proposta à nova Constituição. Já na próxima quarta-feira serão ouvidas 14 pessoas. Entre elas estão Inácio Rangel, Pêrsio Arida, Maria da Conceição Tavares, Edmar Bacha, Francisco Langoni, Orni Duarte Pereira e Mário Henrique Simonsen. Os nomes envolvem amplo arco de pensamento econômico, incluindo desde os pais do Cruzado até sindicalistas e homens de negócios, além de teóricos com prestígio antes da Nova República. Em outra ocasião, devem ser ouvidos representantes de bancários da rede estatal e entidades de banqueiros.

Tributos

A Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas aprovou, ontem, um programa de trabalho que se estenderá durante os sábados e domingos posteriores à Semana Santa. Os nomes aprovados para os depoimentos em audiências públicas são, entre outros, Fernando Rezende (coordenador do projeto de reforma tributária do governo) e representantes de entidades municipalistas, além do secretário da Receita Federal (Guilherme Quintanilha), secretários estaduais da Fazenda e secretários de Finanças das capitais.

Comissão de Sistematização

coniliar posições divergentes surgidas das propostas finais das comissões temáticas, dar organicidade ao novo texto e encaminhar a votação em plenário da nova Constituição. O objetivo inicial de produzir um texto sintético e de princípios gerais já foi abandonado, diante da percepção, por parte dos mais destacados constituintes, de que isso será impossível, pela própria tradição brasileira.

Tanto a esquerda como a direita insistem em que os princípios que defendem

Comissão da Família, Educação, Esportes, Ciência, Tecnologia e Comunicação

Presidente: **Marcondes Gadelha (PFL-PB)**
1º vice-presidente: **José Elias Murad (PMDB-MG)**
2º vice-presidente: **Oswaldo Sobrinho (PMDB-MT)**
Relator: **Artur da Távola (PMDB-RJ)**

Esta comissão promete grande polêmica em torno de temas como a reserva de mercado na área de informática, que será tratada na subcomissão de Ciência e Tecnologia, cujo presidente, Aroldo de Lima (PFL-RJ), é ligado ao ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. O presidente da comissão é contrário à reserva de mercado para o setor, e a relatora da

Comissão da Ordem Econômica

Presidente: **José Lins (PFL-CE)**
1º vice-presidente: **Hélio Duque (PMDB-PR)**
2º vice-presidente: **Albano Franco (PMDB-SE)**
Relator: **Severo Gomes (PMDB-SP)**

O presidente desta comissão, José Lins, é classificado entre os conservadores com preocupações sociais, mas sem compromissos com mudanças estruturais. O relator, Severo Gomes, de linha ideológica indefinida, prega o liberalismo econômico, mas também a manutenção e até a ampliação da atividade econômica do Estado, além de um nacionalismo considerado exacerbado pelos seus opositores.

Faltou quórum para a reunião da Subcomissão dos Princípios Gerais da Economia, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, apesar das duas tentativas feitas — pela manhã e à tarde — pelo presidente, deputado Delfim Netto, visando reunir número suficiente de participantes.

Política agrícola

A Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária deverá convocar para depoimentos os presidentes do Inbra, da Associação Brasileira de Reforma Agrária, das empresas de pesquisas (Embrapa) e extensão rural (Embrater), além da Federação da Agricultura de Minas Gerais. Em suas próximas reuniões definirá as audiências públicas para ouvir representantes de trabalhadores na agricultura, empresários, movimentos populares e setor de crédito rural.

Foi aprovada, ainda, a proposta da deputada Irma Passoni (PT-SP) para que sejam visitadas áreas de conflito e áreas de assentamento do governo. A deputada ainda quer que sejam convocados representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Central Única de Trabalhadores (CUT). A proposta do deputado Amury Müller (PDT-RS) para que o tempo disponível às manifestações de setores da sociedade fosse dividido igualmente entre empresários e trabalhadores do setor agropecuário foi rejeitada sob o argumento de que há 12 milhões de trabalhadores sem terra e um número muito inferior de proprietários rurais.

Defesa do Estado

A Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança ouvirá, na quarta-feira (dia 22), a Ordem dos Advogados do Brasil e a Escola Superior de Guerra.

Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo

Presidente: **Oscar Corrêa (PFL-MG)**
1º vice-presidente: **Maurício Corrêa (PDT-DF)**
2º vice-presidente: **Dalton Canabarro (PMDB-MG)**
Relator: **Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE)**

"A mais importante das comissões", segundo o deputado Oscar Corrêa, será encarregada de definir o sistema de governo, o mandato do presidente Sarney e de seus sucessores e o funcionamento dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A posição da maioria de seus integrantes é conhecida antecipadamente, dada a impor-

tância dos temas. A maioria defende quatro anos de mandato para Sarney, mas concorda em que deve ser definido antes o sistema de governo.

A maioria dos constituintes da comissão defende o sistema parlamentarista misto, e essa tendência deve prevalecer até a elaboração do relatório final, pois é a posição também do relator Egídio Ferreira Lima. Há defensores da manutenção do presidencialismo nos moldes atuais, como Valdo Barbosa (PDT-RJ), devido aos interesses de seu líder Brizola.

A comissão debateu nas primeiras reuniões a necessidade de definição do regime de governo antes mesmo de tratar das demais questões, que seriam consequentes, inclusive o mandato do chefe do governo.

Comissão de Organização do Estado

Presidente: **José Thomaz Nonô (PFL-AL)**
1º vice-presidente: **Nabor Júnior (PMDB-AC)**
2º vice-presidente: **José Maranhão (PMDB-PA)**
Relator: **José Richa (PMDB-PR)**

A Comissão de Organização do Estado ainda não tem linhas definidas sobre as propostas que quer levar ao plenário da Constituinte. Na única semana de trabalho, o que mais apareceu foi a defesa da autonomia, do Distrito Federal e os lobbies pela transformação dos territórios em Estados, além da criação do Estado de Tocantins (Norte de Goiás) e do Estado de

Santa Cruz (Norte de Minas e Sul da Bahia). De acordo com o presidente da Comissão, José Thomaz Nonô, os trabalhos deverão partir de duas frentes: a primeira delas, do subsídio da comissão Afonso Arinos, que será distribuído a todos os parlamentares; e a outra, dos painéis que as subcomissões começam a realizar na próxima semana.

A primeira etapa é ouvir a sociedade e será ela que vai traçar o novo perfil do Estado brasileiro. O relator, José Richa, vai percorrer o País buscando o pensamento da sociedade. Já tem reuniões marcadas em Alagoas, com os procuradores municipais, e com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Presidente: **Francisco Dornelles (PFL-RJ)**
1º vice-presidente: **Osamundo Reboças (PMDB-CE)**
2º vice-presidente: **Ivo Vandelline (PMDB-SC)**
Relator: **José Serra (PMDB-SP)**

Com fortes disputas entre bancadas regionais, particularmente do Norte-Nordeste contra as do Centro-Sul, esta comissão tem como relator José Serra. Tanto Serra como Dornelles, ex-ministro da Fazenda, de tendência liberais, defendem uma maior descentralização no controle, arrecadação e distribuição de tributos, e

um sistema flexível o bastante para permitir aos governos federal, estaduais e municipais, adaptarem o fluxo de recursos aos seus planos de médio e longo prazos, ou para solucionar problemas conjunturais.

Definindo-se como contrário a um excesso do imposto de Renda e de outros tributos, Dornelles admite que, quando no governo, não cumpriu exatamente os mandamentos que proclama, chegando mesmo a instituir impostos e empréstimos compulsórios que poderiam ser declarados inconstitucionais.

Os principais cargos das três subcomissões desta comissão foram entregues a constituintes nordestinos, que tentaram dar um tratamento tributário privilegiado ao Nordeste.

Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher

Presidente: **Mário Assad (PFL-MG)**
1º vice-presidente: **Aécio Neves (PMDB-MG)**
2º vice-presidente: **Anna Maria Rattes (PMDB-RJ)**
Relator: **José Paulo Bisol (PMDB-RS)**

A direção desta comissão tende para a esquerda, à exceção do presidente Mário Assad, que foi apoiado em Minas pelo ministro Aureliano Chaves. O relator é da linha de frente do PMDB gaúcho, tendo recebido expressiva votação do eleitorado de esquerda.

A comissão tratará da pena de morte e a maioria de seus membros é contrária à sua adoção, apesar da defesa feita pelo

deputado Ubiratan Spinelli (PDS-MT), seguindo o pensamento de seu líder, deputado Amaral Neto. O deputado Maurício Ferreira Lima quer acabar com o empirismo, consignando na Constituição a obrigatoriedade do concurso para o acesso ao serviço público.

Na parte de relações internacionais, os deputados Roberto D'Ávila e João Hermann querem que qualquer tratado, inclusive empréstimos externos, passem pela aprovação prévia do Congresso Nacional e prometem muita pressão nesse sentido. Já o deputado Sarney Filho, um dos constituintes mais ativos, pediu o debate sobre a dívida externa com convites a líderes do Terceiro Mundo, como o primeiro-ministro cubano, Fidel Castro.

Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições

Presidente: **Jarbas Passarinho (PDS-PA)**
1º vice-presidente: **Asdrúbal Bentes (PMDB-PA)**
2º vice-presidente: **Saulo Queiroz (PFL-MG)**
Relator: **Prisco Viana (PMDB-BA)**

Tanto o presidente como o relator desta comissão são de tendência nitidamente conservadora. E na comissão funciona uma das subcomissões mais polêmicas, a que vai definir o papel constitucional das Forças Armadas, presidida pelo deputado peemedebista José Tavares. "As guerras de conquistas, hoje, estão acabadas e

quem pensa em manter as Forças Armadas apenas para garantir a soberania e fronteira do País deve pensar melhor em quem vai garantir, então, a defesa interna. As PMs — questiona Passarinho, para quem os militares devem assegurar a defesa interna, na questão da ordem constitucional e das instituições, ficando para as Polícias Militares a neutralização de greves e piquetes. Essa posição, embora não atenda à proposta da esquerda — de eliminação pura e simples do trato dos militares em assuntos internos do País —, avança um pouco na proposta das Forças Armadas, que entendem ser de sua competência a intervenção em greves e tumultos de rua, desde que insendos em qualquer contexto ideológico.

BEM-VINDO